## Estrutura Produtiva de Minas Gerais e Participação Estadual na Produção Industrial Nacional nos Anos 2000

Graciele de Fátima Sousa<sup>1</sup> Soraia Aparecida Cardozo<sup>2</sup>

#### Resumo

Este artigo teve como objetivo fazer uma análise da estrutura produtiva de Minas Gerais, verificando se há alguma mudança significativa na sua composição, a partir do ano de 2000. Para tal, utilizou-se o método de abordagem hipotético-dedutivo e os métodos de procedimentos, histórico e estatístico, para a concretização da pesquisa. Assim, foi realizada uma revisão da literatura acerca da temática e foram coletados dados e informações referentes à composição setorial do Produto Interno Bruto (PIB) e dados de Valor da Transformação Industrial (VTI), para o período pós anos 2000. Os resultados obtidos atenderam ao nosso objetivo central, sendo que não houve expressivas alterações na estrutura produtiva de Minas Gerais, com base na composição do PIB e do VTI, de tal modo que os setores-chaves da economia mineira são o complexo metal-mecânico e agroindustrial. Também vale destacar que na Indústria de Transformação, os maiores ganhos para a economia mineira foi do Grupo II (grupo que abrange os Bens Intermediários - BI), com destaque para a *Metalurgia básica*.

Palavras-Chave: Minas Gerais, Estrutura Produtiva, Valor da Transformação Industrial.

#### **Abstract**

This article aims to analyze the productive structure of Minas Gerais, checking for any significant change in its composition, from the year 2000. To do this, we used the hypothetical-deductive method of approach and methods of historical and statistical procedures, for the achievement of the research. Like this, it was performed a review of the literature on the subject and were collected and analyzed information about the sectoral composition of gross domestic product (GDP) and the data value of Industrial Transformation (VTI). The results meet our core objective, and there were no significant changes in the productive structure of Minas Gerais, based on the composition of GDP and VTI, so that key sectors of the economy are mining the metal-mechanic and agribusiness. Also worth noting that the manufacturing industry, the biggest gains for the state economy was in Group II (group to soften the Intermediate Goods), with emphasis on Metallurgy.

Key-Words: Minas Gerais, Production Structure, Value of Industrial Transformation.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup> Graduada em Ciências Econômicas - Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. Aluna do Curso de Pós-Graduação *Stricto Sensu* – Mestrado em Economia do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: gdfsousa@ymail.com

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Orientadora – Professora Doutora do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia. E-mail: soraiacar@ie.ufu.br

# 1. INTRODUÇÃO

O presente trabalho<sup>3</sup> insere-se na área de Economia Regional e propôs estudar o tema da concentração e desconcentração da atividade produtiva no território nacional. O trabalho visou incorporar a discussão sobre a estrutura produtiva de Minas Gerais e seguindo a temática colocada pelos principais autores no âmbito de economia regional, no que diz respeito ao tema de concentração econômico-regional, teve como objetivo principal analisar para os últimos dez anos a estrutura produtiva industrial de Minas Gerais, focalizando a Indústria Extrativa e a Indústria de Transformação. Pretendeu-se, também, avaliar os segmentos industriais que apresentaram ganhos e perdas na transformação industrial nacional para examinar se há desconcentração industrial em direção ao estado. Juntamente com esse objetivo principal, associa o seguinte objetivo específico: analisar se há alguma trajetória de queda da participação dos Bens Intermediários na composição da estrutura produtiva nacional, ou seja, se há mudanças significativas na estrutura produtiva estadual.

Então, como o tema da concentração e desconcentração regional da indústria é de extrema importância, principalmente em um momento em que o Brasil vem retomando capacidade de crescimento e a temática do desenvolvimento econômico e da redução das desigualdades espaciais (que faz parte de um processo de desenvolvimento) vem sendo cada vez mais presente nos estudos técnicos governamentais e nos estudos acadêmicos.

Além dessa introdução, apresentar-se-á a metodologia utilizada, uma discussão que envolverá uma revisão da literatura de trabalhos acerca da estrutura produtiva de Minas Gerais e os resultados obtidos. Por fim, será apresentada as considerações finais da pesquisa.

#### 2. MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho propôs estudar a composição da estrutura produtiva industrial de Minas Gerais e sua participação no Valor da Transformação Industrial nacional nos anos 2000. Esse recorte temporal se justifica, dado que para entendermos a trajetória da economia estadual e os impactos das políticas macroeconômicas sobre o recorte territorial definido, temos que recorrer a uma série de dados que nos dê uma visão de longo prazo, pois dessa forma poderemos diferenciar os aspectos conjunturais daqueles que podem ser considerados estruturais.

\_

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup> O trabalho é fruto da pesquisa de Iniciação Científica financiada pelo Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e desenvolvida no Núcleo de Estudos e Pesquisas em Desenvolvimento Regional e Urbano (NEDRU) do Instituto de Economia da Universidade Federal de Uberlândia (IE/UFU).

O método de abordagem utilizado na pesquisa foi o hipotético-dedutivo de Popper (Ver Gil, 1994). Sendo que os métodos de procedimentos utilizados foram o método histórico e o método estatístico. Assim, a pesquisa iniciou com uma revisão da bibliografia, consistindo em artigos científicos, livros, dissertações de mestrado, teses de doutorado e trabalhos mais recentes sobre a estrutura produtiva de Minas Gerais. Tais trabalhos estão disponíveis nos bancos de dados de teses e dissertações das principais instituições de ensino superior do Brasil, além das bibliotecas virtuais dessas instituições e de instituições de pesquisa.

Posteriormente, foram coletados dados e informações referentes à composição setorial do PIB, com base nas Contas Regionais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), a base de dados do Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) e os trabalhos do Centro de Estatística e Informações (CEI) da Fundação João Pinheiro (FJP), dados de Valor da Transformação Industrial (VTI) organizados com base na Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE), na base de dados da Pesquisa Industrial Anual (PIA), também no site do IBGE. O período focalizado foi o período recente, os anos de 2000 a 2007 (Os dados foram coletados até o mais atual possível, sendo para o PIB, o ano de 2008 e para o VTI, o ano de 2007. A coleta dos dados foi finalizada em Maio/2011). O foco do trabalho é para o período pós 2000, porém para melhor compreender a evolução da economia de Minas Gerais e as suas possíveis transformações, os dados foram coletados para alguns anos da década de 1990. Realizou-se a análise das informações e dados à luz da revisão bibliográfica, bem como a discussão dos resultados.

A fim de atender ao objetivo central do trabalho, foram realizados alguns procedimentos metodológicos para a análise dos dados coletados:

- i) Cálculo da participação do PIB de Minas Gerais no PIB do Brasil;
- ii) Análise, para os anos selecionados, da estrutura do PIB do estado de Minas Gerais, ou seja, participação dos setores primário, secundário e terciário no PIB estadual;
  - ii) Organização dos dados e elaboração e formatação de tabelas;

Dessa forma, realizamos uma sistematização dos dados obtidos com o objetivo da pesquisa, analisando os mesmos à luz da revisão bibliográfica.

No próximo item analisaremos os dados secundários obtidos, visto que, o objetivo desse trabalho é verificar, para a última década, como está sendo a estrutura produtiva industrial de Minas Gerais, enfatizando a Indústria Extrativa e a Indústria de Transformação.

## 3. RESULTADO E DISCUSSÃO

# 3.1 Concentração Espacial das Atividades Produtivas no Brasil: Algumas Interpretações

Os desequilíbrios econômicos regionais brasileiros começaram a ganhar destaque na década de 1950, sendo que a partir de 1970, a discussão em torno do desenvolvimento regional do Brasil intensificou-se. Observa-se que alguns autores passaram a aprofundar-se no tema, dando enfoque aos movimentos de desconcentração e reconcentração que vêm marcando as atividades produtivas no período de 1990. Na história do desenvolvimento regional no Brasil houve um enorme processo de concentração econômica e populacional no estado de São Paulo, e recentemente começou a ocorrer um processo de reversão.

Diniz (1993, p.35) considera que está ocorrendo uma "desconcentração relativa da produção do Brasil", seguida de um desenvolvimento poligonal. O autor analisou a tendência de queda da Região Metropolitana de São Paulo (RMSP) no total industrial do Brasil, de tal modo que a sua ideia é de que esse movimento e o desenvolvimento poligonal são favorecidos pela participação relativa da RMSP e por um conjunto de fatores: i) criação de economias em outras áreas; ii) papel do Estado; iii) recursos naturais; iv) unificação do mercado nacional e concorrência interempresarial; v) regionalização da pesquisa, do trabalho profissional e da renda (Diniz, 1993, p. 35-39).

A característica principal do movimento de desconcentração relativa é a diminuição da participação do estado de São Paulo no PIB nacional, em contraposição ao aumento, mesmo que pífio, de outros estados do Brasil. Mas, Diniz (1993) coloca que com as mudanças tecnológicas, estruturais e políticas recentes, observa-se um movimento de reconcentração na área mais desenvolvida do País.

Segundo este autor, a partir da década de 1970 que começou o processo de desconcentração, mas no primeiro momento a reversão da polarização de São Paulo foi para o seu próprio interior. No segundo momento, acontece uma reconcentração, caracterizando esse movimento como "desenvolvimento poligonal", que abrange a região Centro-Sul do País, sendo chamado de "polígono", que abrange uma área entre as cidades de "Belo Horizonte – Uberlândia – Londrina/Maringá – Porto Alegre – Florianópolis – São José dos Campos, dentro do qual estão sendo formados os principais polos de alta tecnologia" (Diniz, 1993, p.3) e se encontra a maior parte da indústria moderna do País.

Então, para Diniz (1993), a desconcentração não aconteceu para todo o território nacional. A sua perspectiva está envolta na tese do desenvolvimento poligonal, no qual não houve uma desconcentração no País, e sim uma reestruturação produtiva com centralidade em São Paulo e integração poligonal. Portanto, novos polos no entorno de São Paulo, mas só desenvolvem polos modernos e de alta tecnologia ligados a São Paulo.

Negri & Pacheco (1994, p.75-76) apresentam uma análise de crescimento não só na área do polígono, mas também um crescimento fora dele, "Espírito Santo, Bahia, os estados do Norte e Centro-Oeste também ampliaram seu peso no total nacional", uma vez que: i) houve um acréscimo significativo da indústria de outras regiões; ii) dentro do polígono mencionado, teve-se um comportamento diferenciado das diversas sub-regiões.

Pacheco (1996, p.123) aponta que nos anos de 1980-1995 "[...] houve continuidade da desconcentração econômica da década anterior (1970), ainda que de forma menos intensa". Aos olhos de Pacheco (1998, p.224-226), na qualificação da desconcentração econômica no período recente, dois elementos são fundamentais: i) existe desconcentração, mas não reversão da polarização, porque fundamentalmente não existem alternativas de polarização externas a São Paulo; ii) situa a desconcentração no contexto brasileiro nas décadas de 1980 e 1990. Dessa maneira, o autor considera que este movimento se realiza, nos anos recentes, "mais sob a forma de uma flagrante fragmentação da economia nacional, do que no crescimento solidário das regiões" (Pacheco, 1998, p.226).

Pacheco (1996) lançou a tese de que estaria ocorrendo uma fragmentação do território nacional. Com uma economia aberta e com o não interesse à coesão do mercado interno e de uma integração produtiva, o desenvolvimento brasileiro, na década de 1990, aconteceu diante de um movimento de fragmentação, não havendo integração e com o surgimento de 'ilhas de produtividade', não só na área de São Paulo, mas também em outras áreas do Brasil. Assim, essas 'ilhas' deram margem para integração de cidades maiores com projetos novos, especialmente com o comércio externo. Porém, essas 'ilhas' não se realizaram no total da Nação, e as mesmas não podem ser reproduzidas, pois o conjunto do País não é homogêneo. E elas não conseguem alavancar as demais áreas.

O essencial da tese de Pacheco (1996) é mostrar a tendência de fragmentação da Nação. Na verdade, a sua interpretação aborda a ideia de que se Furtado (1992) considerou que o Brasil estava construindo a uma unidade, o neoliberalismo está fragmentando essa unidade, na ausência de uma política do Governo Federal.

Por outro lado Cano (2008) aponta a necessidade de um movimento de refortalecimento da dinâmica econômica do núcleo de acumulação do País – o estado de São

Paulo –, para que de fato haja uma desconcentração regional da riqueza econômica. Segundo o autor, São Paulo sempre foi a principal economia do Brasil e não é com o declínio da sua dinâmica econômica, que as demais áreas econômicas irão se desenvolver, pelo contrário o ritmo de crescimento paulista 'puxará' o crescimento das demais economias do País.

Cano (1998a e 1998b) mostra que São Paulo, desde o início do século XX até a década de 1960, concentrou as principais atividades econômicas do País e sempre cresceu mais do que as demais regiões do Brasil. Nos anos de 1970 observa-se uma alteração na dinâmica econômica, no que diz respeito ao movimento de concentração, uma vez que a partir "[...] do elevado crescimento da economia nacional e os decorrentes das políticas de desenvolvimento regional fazem que a produção, em particular a industrial, inicie um processo de desconcentração *relativa* em termos regionais" (Cano, 2008, p.36).

Esse movimento foi caracterizado pelo autor em três fases distintas. Ressalta-se que Cano (2008, p.45) faz uma divisão de fases do processo de desconcentração, porém é importante destacar que, para ele, a desconcentração, independente da fase, se processa em dois vetores regionais: "uma desconcentração do estado de São Paulo para o resto do País, e outro vetor de desconcentração, no sentido RMSP ao Interior Paulista".

Assim, as três fases elaboradas por Cano (2008) são: i) desconcentração virtuosa, dos anos de 1970 a 1980; ii) desconcentração estatística, do período de 1980 a 1989; iii) desconcentração no período neoliberal, na década de 1990 até 2005<sup>4</sup>.

Cano (2008, p.229) chama atenção de que diante de uma política neoliberal, a natureza da desconcentração industrial é composta por efeitos positivos da expansão da periferia, mas também por efeitos "espúrios", que entre outros aspectos, envolvem uma "disputa" entre ás áreas do Brasil, *Guerra Fiscal*, que proporciona um rompimento da integração entre às áreas nacionais e uma concorrência entre as mesmas.

Conforme aponta Cano (2008, p.233) esses efeitos "espúrios" podem proporcionar aumentos em algumas regiões, proporcionando uma desconcentração espacial, mas não no seu total, pois trata-se de efeitos perversos, que prejudicam o parque industrial de São Paulo. E para o autor, para haver uma real desconcentração é preciso que haja um refortalecimento das atividades produtivas no principal centro dinâmico da economia nacional – São Paulo.

Em síntese, a questão do movimento de desconcentração regional da riqueza econômica nacional apresenta-se de maneira complexa, dando margem para um longo debate e formulação de correntes, compatíveis ou não com as teses expostas acima. E, proporciona

-

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup> Para mais informações – ver Cano 2008.

elementos para a compreensão da evolução econômica das regiões do País, e para o nosso caso, para o entendimento da dinâmica produtiva e do comércio exterior de Minas Gerais, tendo em vista os elementos do desenvolvimento poligonal, fragmentação da Nação e reconcentração do centro dinâmico da economia do Brasil, para realização de uma redistribuição regional efetiva da riqueza.

#### 3.2 As Características e o Dinamismo da Economia Mineira

A economia de Minas Gerais, desde o seu processo de formação, possui características peculiares, sendo "uma economia que apresenta uma sociedade heterogênea, com uma base diversificada e muito complexa" (Affonso De Paula, 2002, p.2).

Affonso de Paula (2002) aponta que ao longo do século XIX o desenvolvimento da economia de Minas Gerais aconteceu em duas fases: a primeira está relacionada à questão da produção mercantil de gêneros alimentícios e a segunda fase diz respeito à cafeicultura. Esta última fase contribuiu para a diversificação urbano-industrial para algumas áreas do estado, como aconteceu com a cafeicultura localizada na Zona da Mata. Juntamente com a expansão da produção cafeeira, as melhorias nas condições de transporte contribuíram para a expansão do desenvolvimento da indústria para as demais áreas de Minas Gerais.

No início do desenvolvimento da indústria mineira, a mesma ficou "concentrada na região central da Província e, as atividades que se destacavam eram a mineração aurífera subterrânea, a siderurgia e a indústria têxtil" (Affonso De Paula, 2002, p.6). Desse modo, observa-se que o desenvolvimento da economia de Minas Gerais esteve ligado ou até mesmo dependente de outras regiões e/ou atividades específicas.

No ano de 1940 a economia de Minas Gerais era dependente da sua base mineradora e da sua limitada evolução da industrialização "[...] destacando a sua especialização na produção de matérias-primas e produtos industrialmente pouco elaborados" (Santos *et al.*, 2002, p.16). Diniz & Souza (2010, p.1) colocam que na estrutura industrial mineira, desde 1920, "havia o predomínio das indústrias de alimentos, bebidas e fumo", ou seja, uma indústria fortemente baseada em setores tradicionais, e que apresentava uma ligação intensa com a indústria do eixo Rio-São Paulo, que eram indústrias mais dinâmicas.

As dificuldades enfrentadas por Minas Gerais nos anos de 1940 foram diagnosticadas pelo primeiro *Plano de Recuperação Econômica e Fomento da Produção* (formulado em 1947), que enfatizou "a excessiva dependência da economia mineira sobre sua base

mineradora e o limitado avanço da industrialização" (Santos *et al.*, 2002, p.16), bem como a insuficiência de infra-estrutura, que era um entrave para a industrialização mineira.

De acordo com Diniz & Souza (2010), a partir do advento da Segunda Guerra Mundial (que reforçou a necessidade de produzir Bens Intermediários - BI) houve mudanças na estrutura da Indústria de Transformação, iniciando assim um processo de diversificação industrial do Brasil e do estado de Minas Gerais.

Como foi abordado no *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)*, apenas no início dos anos de 1950 houve investimentos voltados para atender um desenvolvimento da economia mineira, a fim de melhorar a infra-estrutura e propiciar o crescimento do setor industrial, sendo que "os principais motores desse crescimento foram as indústrias extrativas, de minerais não-metálicos e a metalurgia" (PMDI, 2007, p.7). Contudo a indústria de Minas Gerais apresentou uma perda na posição relativa na indústria nacional, apresentando um desenvolvimento em um patamar menor do que o desenvolvimento da economia nacional (Ver Santos *et al.*, 2002, p.17).

Fernandes (2007, p.15) aborda que o crescimento da economia de Minas Gerais não coincidiu com a evolução da economia do Brasil. Enquanto, a economia nacional evoluía, os grandes investimentos em Minas Gerais estavam se iniciando e os mesmos vieram a consolidar nos anos de 1964-1966, período este, que a economia nacional apresentou baixa taxa de crescimento.

Desse modo, somente na década de 1960 a economia mineira começou a apresentar aumentos significativos, superiores ao crescimento da economia nacional. Conforme apontam Santos *et al.* (2002) esse ganho da economia mineira foi liderado pelos setores de mineração e indústria de transformação (destaque para as indústrias: alimentar, têxtil e metalurgia), e no fim nos anos de 1960 pode se dizer que ocorreu uma revolução, dado que o setor secundário (indústria, construção civil e serviços de utilidade pública) ganhou destaque, e "passou, pela primeira vez na história do estado, a ocupar a segunda posição na distribuição setorial do PIB" (Santos *et al.*, 2002, p.19). A partir dessa revolução, Minas Gerais diminuiu a sua dependência com as economias mais dinâmicas – Rio de Janeiro e São Paulo.

Ainda na década de 1960 houve a articulação inter-regional no Brasil, no qual o estado de Minas Gerais fez parte dessa interação. Contudo o estado sempre esteve articulado com o centro econômico e maior mercado consumidor do País – o estado de São Paulo. E na década de 1970 a integração nacional e internacional viria a se consolidar

Nos anos de 1970, a indústria mineira apresentou um significativo crescimento, principalmente devido aos investimentos que aconteceram no estado, mediante ao grande

montante de investimentos envoltos do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) do Brasil. Esses novos investimentos foram atraídos para o estado, pois Minas Gerais já apresentava uma infra-estrutura física desenvolvida em comparação aos outros estados, devido aos investimentos realizados na década de 1950 (Plano de Metas do Governo de Juscelino Kubitschek).

Minas Gerais se tornou uma economia atrativa e desenvolveu-se industrialmente, devido ao movimento de desconcentração industrial de São Paulo "conjugado com o aprofundamento da decadência econômica do Rio de Janeiro" (Santos *et al.*, 2002, p.22), que forneceu condições para o desenvolvimento mineiro. Com isso, a indústria mineira diversificou-se "com incorporação de novos produtos intermediários e com o rápido crescimento da indústria de bens de capital" (Santos *et al.*, 2002, p.25).

Nos anos de 1980, a economia do Brasil sofreu uma grande recessão, caracterizada por altas taxas inflacionárias, baixo crescimento econômico e dificuldades diante dos choques externos, juntamente com a inflexão da industrialização e a pífia taxa do PIB e dos investimentos no Brasil. A economia de Minas Gerais sentiu os efeitos dessa recessão, de tal forma que a industrialização de Minas Gerais também apresentou um processo de inflexão, porém, o crescimento da economia mineira foi superior à média nacional, uma vez que Minas Gerais optou pelo *drive-exportador* e, direcionou sua economia ao mercado externo.

Durante o período de recessão, o estado de Minas Gerais apresentou perdas significativas no setor primário juntamente com as políticas governamentais voltadas para o agronegócio, bem como houve "perdas" nos setores dirigidos para atender o mercado interno. O setor de destaque nos anos de 1980 foi o setor de serviços que apresentou uma taxa de crescimento elevada e superou os demais setores na participação do PIB de Minas Gerais.

Diniz & Souza (2010) retratam que mesmo sendo uma década de crise, "os grandes projetos de bens intermediários, seja no setor siderúrgico, seja de alumínio e fertilizantes se expandiram, consolidando a indústria de bens intermediários, mas também promovendo sua diversificação" (Diniz & Souza, 2010, p.4). Conforme aborda Haddad (1995), na década de 1980, houve uma diversificação da indústria de Minas Gerais, juntamente com um processo de reestruturação dessa indústria, entre outros motivos, devido à atuação da Fiat no estado.

Na década de 1990 e a partir do cenário de liberalização econômico-financeira e do processo de desconcentração da indústria de São Paulo, a economia de Minas Gerais apresentou um movimento de "relocalização substitutiva" de áreas tradicionais, juntamente com o surgimento de novas "localidades complementares" à indústria de São Paulo (Santos *et al.*, 2002), fortalecendo os laços de integração com o estado de São Paulo. Observa-se uma

estagnação das cadeias do complexo metal-mecânico, em especial a indústria de bens de capital e com exceção da cadeia automotiva, devido a queda de investimentos. Ao longo dos anos de 1990 o setor de Serviços apresentou o maior peso no PIB do estado. Mas, a competitividade da economia de Minas Gerais esteve relacionada fundamentalmente às atividades do complexo metal-mecânico e da agroindústria.

De acordo com Chiari & Duarte Filho (2002), os setores-chave da economia de Minas Gerais, que são importantes para o crescimento econômico regional do estado são: o setor Siderúrgico e o de Fabricação de Outros Produtos Metalúrgicos. Lemos (2002), por meio da análise da integração dos setores, mostra que além do *complexo metal-mecânico*, o *complexo agroindustrial* também se apresenta como setor-chave da economia de Minas. Esses dois complexos se apresentam como os principais na economia mineira, sendo "os setores com a maior capacidade de encadeamento simultâneo das trocas intersetorias dentro da economia estadual e das trocas inter-regionais em nível da economia nacional" (Lemos, 2002, p.47).

#### 3.3 Estrutura Produtiva de Minas Gerais

No acumulado de 1995-2002 (Gráfico 1), o PIB mineiro apresentou uma taxa média de crescimento de 2,2%, sendo que a mesma acumulou um crescimento de 16%, deixando a economia de Minas Gerais na 18ª colocação do *ranking* de maior crescimento acumulado (1995-2002) entre os estados brasileiros. Ademais, esse crescimento acumulado foi superior ao crescimento acumulado no PIB do Brasil que foi de 14%. O interessante é que economias como São Paulo (8%), Rio Grande do Sul (15%) e Rio de Janeiro (10%) ficaram abaixo do crescimento acumulado mineiro. Enquanto, que economias que não apresentam significativas participações no PIB nacional apresentaram os maiores valores de crescimento acumulado do PIB nos anos de 1995-2002. Destaque para Mato Grosso que ficou na primeira colocação (56%) e Amazonas na segunda colocação com um crescimento acumulado de 43%.

Isto reflete o que foi apresentado acima acerca das fases de desconcentração elaborado por Cano (2008), especialmente a última fase, no qual se observa que o estado de São Paulo apresentou um crescimento acumulado baixo, mediante ao grande impacto que esta economia, especialmente o seu setor industrial, sofreu com a abertura econômica, com uma baixa capacidade de concorrer com os produtos importados. Ao mesmo tempo, tem-se a necessidade de intensificar as exportações (que se tornaram a principal via de crescimento no fim de 1990), de tal modo que as áreas produtoras de bens agroindustriais e extrativa mineral se beneficiaram, apresentado um crescimento no período mais significativo do que o

crescimento da maior economia do País. Caso de Minas Gerais, que apresentou perdas (Cano, 2008, p.123), mas se beneficiou dessa nova dinâmica.

GRÁFICO 1 – Gráficos da Taxa Média Geométrica de Crescimento do PIB das Unidades da Federação (UF's) e do Brasil, acumulada no período de 1995-2002– (em %).

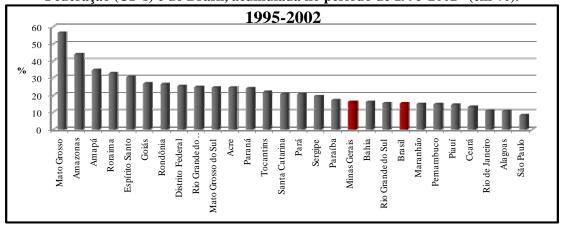
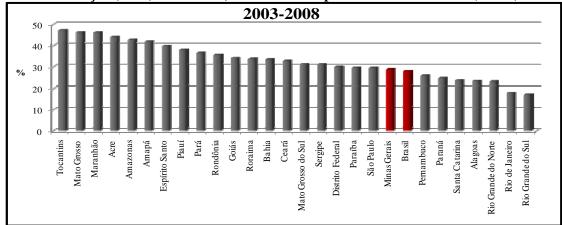


GRÁFICO 2 – Gráficos da Taxa Média Geométrica de Crescimento do PIB das Unidades da Federação (UF's) e do Brasil, acumulada no período de 2003-2008 – (em %).



Fonte: CEI – FJP (2011). Elaboração Própria

Então, as áreas que concentram as atividades industriais apresentaram um baixo crescimento no período 1995-2002, dado que a política econômica do País não beneficiou o setor industrial. Além disso, cabe ressaltar que essa taxa de crescimento acumulado reflete os efeitos da "Guerra Fiscal" que favoreceram os estados do Espírito Santo, **Minas Gerais**, Paraná, Santa Catarina, o Norte e o Centro-Oeste do Brasil, e desfavoreceram a economia de São Paulo, ao mesmo tempo em que se verifica uma queda mais acentuada da produção do estado de São Paulo do que a verificada no restante do Brasil (Cano, 2008, p.37).

Já no acumulado 2003-2008 (Gráfico 2), verificou-se que as economias que apresentaram os menores pesos de participações no PIB nacional (Tabela 1), continuaram mantendo as maiores taxas de crescimento acumulado (2003-2008) a frente de São Paulo, Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul. Porém, ressalta-se a melhoria do desempenho

de São Paulo que saiu da última colocação para a 19ª de estados com as maiores taxas de crescimento acumulado, e isto pode estar relacionado a uma retomada de crescimento via mercado interno.

Ademais, confirmou-se a trajetória semelhante da taxa de crescimento de Minas Gerais com a taxa de crescimento do País, visualizando-se o que fora colocado por Fernandes & Oliveira (2010, p.17), no qual "a economia mineira apresenta ciclos que acompanham os da economia nacional, mas que a fazem reagir de forma mais intensamente positiva nos ciclos de expansão e de forma mais negativa nos de retração da atividade econômica nacional".

Considerando o período destacado neste trabalho, teve-se que a participação de Minas Gerais no PIB variou entre 8,53% (em 2000) e 9,32% (em 2008), confirmando Minas Gerais como a terceira maior economia no País, com base no PIB, sendo que a mesma apresentou ganhos de participação, em termos relativos, no PIB nacional. O estado de São Paulo, que sempre se apresentou como o estado mais significativo do País – com os maiores valores de produção – obteve perda de participação em pontos percentuais, refletindo em um movimento de desconcentração produtiva (Tabela 1).

A Região Sudeste deteve mais de 50% de participação no PIB do Brasil, devido ao dinamismo das economias dos seus estados – especialmente São Paulo, Rio de Janeiro e Minas Gerais – sendo que o estado mineiro apresentou uma significativa evolução na sua participação do PIB, em contraposição a perda de peso da economia de São Paulo, e a tendência estável da produção do Rio de Janeiro.

Nos anos de 2004 e 2008, Minas Gerais obteve os maiores valores percentuais de participação no total produto brasileiro e mesmo a sua participação tendo diminuindo no ano de 2005 (em comparação com o ano anterior), de 9,13% para 8,97%, foi uma participação superior em relação aos primeiros anos analisados.

TABELA 1 – Participação das Regiões Brasileiras e das UF's no PIB Nacional – Anos Selecionados.

Unidade da Federação     1995     1996     1998     1999     2000     2001     2002     2003     2003     2004     2005     2006     2007     2008     2008     2009     2009     2008     2009     2008     2009     2008     2009     2008     2009	Região Geográfica e													
Basil     100 </th <th></th> <th>1995</th> <th>1996</th> <th>1998</th> <th>1999</th> <th>2000</th> <th>2001</th> <th>2002</th> <th>2003</th> <th>2004</th> <th>2005</th> <th>2006</th> <th>2007</th> <th>2008</th>		1995	1996	1998	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Sudeste     59,13     58,39     53,66     58,23     58,31     57,69     56,68     55,75     55,83     56,57     56,41     56,02       Minas Gerais     8,63     8,79     8,57     8,43     8,53     8,55     8,65     8,75     9,13     8,97     9,06     9,07     9,32       Espirito Santo     1,99     1,90     1,88     1,86     1,97     1,87     1,81     1,83     2,07     2,20     2,23     2,27     2,20       Rio de Janeiro     11,19     11,22     11,66     11,55     11,68     11,60     11,68     11,60     11,68     11,60     11,162     11,15     11,12     11,12     11,12     11,12     11,15     11,22     3,60     35,59     35,59     34,63     34,11     33,14     33,86     33,87     33,92     33,92     33,92     33,92     33,92     33,93     33,93     33,93     33,93     33,93     33,93     33,93     33,93     33,93     3,93     3,93     3,93     3,93	-		7-12-22-22-2		0.000			2			1-10-20-21-0		20.000	
Minas Genais	Brasil	100	100	100	100	100	100	100	100		100	100	100	100
Espírito Santo     1,99     1,90     1,88     1,86     1,97     1,87     1,81     1,83     2,07     2,20     2,23     2,27     2,30       Rio de Janeiro     11,19     11,22     11,66     11,95     11,85     11,68     11,06     11,06     11,16     11,15     11,12     11,12     3,99     3,90     35,99     35,99     35,99     34,63     34,61     33,14     33,84     33,92     33,93     33,93     3	Sudeste	59,13	58,39	58,16	58,23	58,31	57,69	56,68	55,75	55,83	56,53	56,79	56,41	56,02
Rio de Janeiro     11,19     11,22     11,66     11,95     11,85     11,68     11,60     11,06     11,48     11,50     11,62     11,15     11,22       São Paulo     37,71     36,49     36,69     35,99     35,96     35,59     34,63     34,11     33,14     33,86     38,87     33,92     33,08       Sul     16,20     16,22     16,19     16,39     16,47     16,70     16,89     7,70     17,39     16,50     16,32     16,64     16,56       Parmaná     5,70     5,70     5,71     5,83     5,95     5,86     5,98     6,44     6,31     5,90     3,97     3,93     3,93     3,93     4,07       Roi Grande do Sul     7,07     6,97     6,91     6,95     6,94     7,09     7,14     7,33     7,10     6,72     6,62     6,64     6,58       Nordeste     12,04     12,47     12,45     12,45     12,55     12,55     12,06     12,71     1,11     1,13     1,19	Minas Gerais	8,63	8,79	8,57	8,43	8,53	8,55	8,65	8,75	9,13	8,97	9,06	9,07	9,32
Săo Paulo     37/31     36/49     36/06     35/99     35/96     35/59     34/63     34/11     33/14     33/86     33/87     39/92     39/86       Sul     16,20     16,22     16,19     16,39     16,47     16,70     16,89     17,70     17,39     16,59     16,32     16,64     16,56       Paraná     5,70     5,71     583     5,95     5,86     5,87     5,98     6,44     6,31     5,90     5,77     6,07     5,91       Santa Catarina     3,43     3,45     3,45     3,45     3,45     3,45     3,45     3,45     3,45     3,47     3,74     3,93     3,99     3,93	Espírito Santo	1,99	1,90	1,88	1,86	1,97	1,87	1,81	1,83	2,07	2,20	2,23	2,27	2,30
Sul     16,20     16,22     16,19     16,39     16,47     16,70     16,89     17,70     17,39     16,59     16,32     16,64     16,56       Faraná     5,70     5,71     5,83     5,95     5,86     5,87     5,98     6,44     6,31     5,90     5,77     6,07     5,91       Santa Catarina     3,43     3,54     3,45     3,49     3,67     3,74     3,73     3,93     3,97     3,93     3,93     4,07       Rio Grande do Sul     7,07     6,97     6,91     6,95     6,94     7,09     7,14     7,33     7,10     6,72     6,62     6,68     8       Nordeste     12,04     12,47     12,45     12,45     12,55     12,96     12,77     12,72     13,07     13,13     13,07     13,11       Maranhão     0,51     1,01     0,96     0,51     0,51     0,51     0,50     0,52     0,51     0,52     0,54     0,53     0,52       Piauí     0,51     0,51 </td <td>Rio de Janeiro</td> <td>11,19</td> <td>11,22</td> <td>11,66</td> <td>11,95</td> <td>11,85</td> <td>11,68</td> <td>11,60</td> <td>11,06</td> <td>11,48</td> <td>11,50</td> <td>11,62</td> <td>11,15</td> <td>11,32</td>	Rio de Janeiro	11,19	11,22	11,66	11,95	11,85	11,68	11,60	11,06	11,48	11,50	11,62	11,15	11,32
Paraná     5,70     5,71     5,83     5,95     5,86     5,87     5,98     6,44     6,31     5,90     5,77     6,07     5,91       Santa Catarina     3,43     3,54     3,45     3,49     3,67     3,74     3,77     3,93     3,99     3,97     3,93     3,93     4,07       Rio Grande do Sul     7,07     6,97     6,91     6,95     6,94     7,09     7,14     7,33     7,10     6,72     6,62     6,64     6,58       Nordeste     12,04     12,47     12,45     12,45     12,45     12,55     12,96     12,77     12,72     13,13     13,07     13,11       Maranhão     0,91     1,01     0,96     0,97     1,01     1,05     1,05     0,50     0,50     0,51     0,52     0,51     1,91     1,92     1,93     1,98       Prauí     0,51     0,52     0,51     0,52     0,51     0,52     0,51     1,95     1,95     1,95     1,95     1,95     1,95	São Paulo	37,31	36,49	36,06	35,99	35,96	35,59	34,63	34,11	33,14	33,86	33,87	33,92	33,08
Santa Catarina     3,43     3,54     3,45     3,49     3,67     3,74     3,77     3,93     3,99     3,97     3,93     3,93     4,07       Rio Grande do Sul     7,07     6,97     6,91     6,95     6,94     7,09     7,14     7,33     7,10     6,72     6,62     6,64     6,58       Nordeste     12,04     12,07     12,05     12,05     12,06     12,77     12,72     13,07     13,13     13,07     13,11       Maranhão     0,91     1,01     0,96     0,97     1,01     1,03     1,05     1,09     1,11     1,18     1,21     1,19     1,27       Piauí     0,51     0,52     0,51     0,51     0,51     0,51     0,50     0,52     0,51     0,52     0,51     0,53     0,55     0,53     0,53     0,55     0,53     0,55     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53     0,53	Sul	16,20	16,22	16,19	16,39	16,47	16,70	16,89	17,70	17,39	16,59	16,32	16,64	16,56
Rio Grande do Sul     7,07     6,97     6,91     6,95     6,94     7,09     7,14     7,33     7,10     6,72     6,62     6,64     6,58       Nordeste     12,04     12,47     12,45     12,45     12,45     12,55     12,96     12,77     12,72     13,07     13,13     13,07     13,11       Maranhão     0,91     1,01     0,96     0,97     1,01     1,03     1,05     1,09     1,11     1,18     1,21     1,19     1,27       Piauí     0,51     0,52     0,51     0,51     0,51     0,51     0,50     0,50     0,52     0,51     0,52     0,58     0,55     0,52     0,51     1,95     1,98     1,96     1,99     1,19     1,98     1,98     1,96     1,90     1,19     1,98     1,98     1,98     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98     1,98	Paraná	5,70	5,71	5,83	5,95	5,86	5,87	5,98	6,44	6,31	5,90	5,77	6,07	5,91
Nordeste     12,04     12,47     12,45     12,45     12,45     12,45     12,55     12,96     12,77     12,72     13,07     13,13     13,07     13,11       Maranhão     0,91     1,01     0,96     0,97     1,01     1,03     1,05     1,09     1,11     1,18     1,21     1,19     1,27       Piauí     0,51     0,52     0,51     0,51     0,51     0,50     0,50     0,52     0,51     0,53     0,55       Ceará     1,95     2,03     1,96     1,95     1,92     1,88     1,96     1,92     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98       Rio Grande do Norte     0,70     0,74     0,75     0,76     0,77     0,79     0,83     0,80     0,80     0,83     0,87     0,89     0,84       Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,80     0,80     0,83     0,87     0,84     0,83     0,85       Pernambuco     2,30	Santa Catarina	3,43	3,54	3,45	3,49	3,67	3,74	3,77	3,93	3,99	3,97	3,93	3,93	4,07
Maranhão     0,91     1,01     0,96     0,97     1,01     1,03     1,05     1,09     1,11     1,18     1,21     1,19     1,27       Piauí     0,51     0,52     0,51     0,51     0,51     0,50     0,50     0,52     0,51     0,53     0,55       Ceará     1,95     2,03     1,96     1,95     1,92     1,88     1,96     1,92     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98       Rio Grande do Norte     0,70     0,74     0,75     0,76     0,77     0,79     0,83     0,80     0,83     0,87     0,86     0,84       Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,83     0,87     0,86     0,84       Pernambuco     2,30     2,37     2,38     2,34     2,29     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,34     2,32       Alagoas     0,66     0,66 </td <td>Rio Grande do Sul</td> <td>7,07</td> <td>6,97</td> <td>6,91</td> <td>6,95</td> <td>6,94</td> <td>7,09</td> <td>7,14</td> <td>7,33</td> <td>7,10</td> <td>6,72</td> <td>6,62</td> <td>6,64</td> <td>6,58</td>	Rio Grande do Sul	7,07	6,97	6,91	6,95	6,94	7,09	7,14	7,33	7,10	6,72	6,62	6,64	6,58
Piauí     0,51     0,52     0,51     0,51     0,51     0,51     0,50     0,50     0,52     0,51     0,53     0,55       Ceará     1,95     2,03     1,96     1,95     1,92     1,88     1,96     1,92     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98       Rio Grande do Norte     0,70     0,74     0,75     0,76     0,77     0,79     0,83     0,80     0,80     0,83     0,87     0,86     0,84       Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,80     0,80     0,83     0,87     0,84     0,83     0,87     0,99     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,80     0,80     0,84     0,83     0,84     0,80     0,84     0,83     0,87     0,99     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,83     0,87     0,84     2,32     2,34     2,34     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,34	Nordeste	12,04	12,47	12,45	12,45	12,45	12,55	12,96	12,77	12,72	13,07	13,13	13,07	13,11
Ceará     1,95     2,03     1,96     1,95     1,92     1,88     1,96     1,92     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98       Rio Grande do Norte     0,70     0,74     0,75     0,76     0,77     0,79     0,83     0,80     0,83     0,87     0,86     0,84       Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,80     0,83     0,87     0,84     0,83     0,85       Pernambuco     2,30     2,37     2,38     2,34     2,29     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,32       Alagoas     0,66     0,64     0,68     0,65     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,64     0,63     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64<	Maranhão	0,91	1,01	0,96	0,97	1,01	1,03	1,05	1,09	1,11	1,18	1,21	1,19	1,27
Ceará     1,95     2,03     1,96     1,95     1,92     1,88     1,96     1,92     1,91     1,92     1,98     1,96     1,92     1,98     1,96     1,92     1,90     1,91     1,95     1,89     1,98       Rio Grande do Norte     0,70     0,74     0,75     0,76     0,77     0,79     0,83     0,80     0,80     0,83     0,87     0,86     0,84       Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,83     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,83     0,84     0,83     0,64     0,84     0,83     0,84     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,32     2,34     2,32     2,34     2,32     2,32     2,33     0,64     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,66     0,64     0,63     0,63     0,64     0,63     0,64 <td>Piauí</td> <td>0,51</td> <td>0,52</td> <td>0,51</td> <td>0,51</td> <td>0,51</td> <td>0,50</td> <td>0,50</td> <td>0,52</td> <td>0,51</td> <td>0,52</td> <td>0,54</td> <td>0,53</td> <td>0,55</td>	Piauí	0,51	0,52	0,51	0,51	0,51	0,50	0,50	0,52	0,51	0,52	0,54	0,53	0,55
Paraíba     0,73     0,76     0,78     0,79     0,79     0,83     0,84     0,83     0,77     0,79     0,84     0,83     0,84       Pernambuco     2,30     2,37     2,38     2,34     2,29     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,34     2,32       Alagoas     0,66	Ceará	1,95	2,03	1,96	1,95	1,92	1,88	1,96	1,92	1,90	1,91	1,95	1,89	1,98
Pernambuco     2,30     2,37     2,38     2,34     2,29     2,32     2,39     2,31     2,27     2,32     2,34     2,34     2,32       Alagoas     0,66     0,64     0,68     0,65     0,66     0,68     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64	Rio Grande do Norte	0,70	0,74	0,75	0,76	0,77	0,79	0,83	0,80	0,80	0,83	0,87	0,86	0,84
Alagoas     0,66     0,64     0,68     0,65     0,66     0,65     0,66     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64	Paraíba	0,73	0,76	0,78	0,79	0,79	0,83	0,84	0,83	0,77	0,79	0,84	0,83	0,85
Sergipe     0,54     0,56     0,57     0,56     0,55     0,62     0,64     0,64     0,63     0,63     0,64     0,63     0,64     0,64     0,64     0,64     0,63     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,63     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,63     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,63     0,64     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,63     0,64     0,63	Pernambuco	2,30	2,37	2,38	2,34	2,29	2,32	2,39	2,31	2,27	2,32	2,34	2,34	2,32
Sergipe     0,54     0,56     0,57     0,56     0,55     0,62     0,64     0,64     0,63     0,63     0,64     0,63     0,64     0,63     0,64     0,64     0,64     0,64     0,64     0,63     0,63     0,64     0,63     0,64     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,61     0,63     0,63     0,63     0,63     0,63     0,63     0,63     0,61	Alagoas	0,66	0,64	0,68	0,65	0,66	0,65	0,66	0,66	0,66	0,66	0,66	0,67	0,64
Centro-Oeste     8,41     8,62     9,01     8,77     8,39     8,52     8,77     9,01     9,11     8,86     8,71     8,87     9,20       Mato Grosso do Sul     0,91     0,91     0,95     0,96     1,01     1,03     1,13     1,09     1,01     1,03     1,06     1,09       Mato Grosso     1,04     1,02     1,08     1,16     1,26     1,25     1,42     1,64     1,90     1,74     1,49     1,60     1,75       Goiás     2,05     2,10     2,16     2,08     2,23     2,30     2,53     2,52     2,47     2,35     2,41     2,45     2,48       Distrito Federal     4,41     4,58     4,83     4,57     3,94     3,96     3,80     3,71     3,64     3,75     3,78     3,76     3,88       Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Roraima     0,44	5	0,54	0,56	0,57	0,56	0,55	0,62	0,64	0,64	0,63	0,63	0,64	0,63	0,64
Mato Grosso do Sul     0,91     0,91     0,95     0,96     0,96     1,01     1,03     1,13     1,09     1,01     1,03     1,06     1,09       Mato Grosso     1,04     1,02     1,08     1,16     1,26     1,25     1,42     1,64     1,90     1,74     1,49     1,60     1,75       Goiás     2,05     2,10     2,16     2,08     2,23     2,30     2,53     2,52     2,47     2,35     2,41     2,48     2,48       Distrito Federal     4,41     4,58     4,83     4,57     3,94     3,96     3,80     3,71     3,64     3,75     3,78     3,76     3,88       Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre	Bahia	3,75	3,84	3,86	3,93	3,94	3,92	4,11	4,01	4,07	4,23	4,07	4,12	4,01
Mato Grosso     1,04     1,02     1,08     1,16     1,26     1,25     1,42     1,64     1,90     1,74     1,49     1,60     1,75       Goiás     2,05     2,10     2,16     2,08     2,23     2,30     2,53     2,52     2,47     2,35     2,41     2,45     2,48       Distrito Federal     4,41     4,58     4,83     4,57     3,94     3,96     3,80     3,71     3,64     3,75     3,78     3,76     3,88       Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48	Centro-Oeste	8,41	8,62	9,01	8,77	8,39	8,52	8,77	9,01	9,11	8,86	8,71	8,87	9,20
Goiás     2,05     2,10     2,16     2,08     2,23     2,30     2,53     2,52     2,47     2,35     2,41     2,45     2,48       Distrito Federal     4,41     4,58     4,83     4,57     3,94     3,96     3,80     3,71     3,64     3,75     3,78     3,76     3,88       Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48     1,35     1,31     1,42     1,39     1,47     1,56     1,55     1,65     1,58     1,54       Roraima     0,14     0,14	Mato Grosso do Sul	0,91	0,91	0,95	0,96	0,96	1,01	1,03	1,13	1,09	1,01	1,03	1,06	1,09
Distrito Federal     4,41     4,58     4,83     4,57     3,94     3,96     3,80     3,71     3,64     3,75     3,78     3,76     3,88       Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48     1,35     1,31     1,42     1,39     1,47     1,47     1,56     1,55     1,65     1,58     1,54       Roraima     0,14     0,14     0,14     0,15     0,15     0,16     0,16     0,14     0,15     0,16     0,16       Pará     1,56     1,58     1,54     1,55	Mato Grosso	1,04	1,02	1,08	1,16	1,26	1,25	1,42	1,64	1,90	1,74	1,49	1,60	1,75
Norte     4,22     4,30     4,18     4,17     4,38     4,54     4,69     4,78     4,95     4,96     5,06     5,02     5,10       Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48     1,35     1,31     1,42     1,39     1,47     1,47     1,56     1,55     1,65     1,58     1,54       Roraima     0,14     0,14     0,14     0,15     0,15     0,16     0,16     0,16     0,14     0,15     0,16     0,16       Pará     1,56     1,58     1,54     1,55     1,62     1,71     1,74     1,75     1,83     1,82     1,87     1,86     1,93	Goiás	2,05	2,10	2,16	2,08	2,23	2,30	2,53	2,52	2,47	2,35	2,41	2,45	2,48
Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48     1,35     1,31     1,42     1,39     1,47     1,47     1,56     1,55     1,65     1,58     1,54       Roraima     0,14     0,14     0,14     0,15     0,15     0,16     0,16     0,16     0,14     0,15     0,16     0,16       Pará     1,56     1,58     1,54     1,55     1,62     1,71     1,74     1,75     1,83     1,82     1,87     1,86     1,93	Distrito Federal	4,41	4,58	4,83	4,57	3,94	3,96	3,80	3,71	3,64	3,75	3,78	3,76	3,88
Rondônia     0,44     0,46     0,49     0,51     0,50     0,50     0,53     0,57     0,58     0,60     0,55     0,56     0,59       Acre     0,18     0,17     0,18     0,18     0,19     0,19     0,19     0,20     0,21     0,20     0,22     0,22       Amazonas     1,43     1,48     1,35     1,31     1,42     1,39     1,47     1,47     1,56     1,55     1,65     1,58     1,54       Roraima     0,14     0,14     0,14     0,15     0,15     0,16     0,16     0,16     0,14     0,15     0,16     0,16       Pará     1,56     1,58     1,54     1,55     1,62     1,71     1,74     1,75     1,83     1,82     1,87     1,86     1,93	Norte	4,22	4,30	4,18	4,17	4,38	4,54	4,69	4,78	4,95	4,96	5,06	5,02	5,10
Acre 0,18 0,17 0,17 0,18 0,18 0,19 0,19 0,19 0,20 0,21 0,20 0,22 0,22 0,22   Amazonas 1,43 1,48 1,35 1,31 1,42 1,39 1,47 1,47 1,56 1,55 1,65 1,58 1,54   Roraima 0,14 0,14 0,14 0,15 0,15 0,16 0,16 0,16 0,14 0,15 0,15 0,16   Pará 1,56 1,58 1,54 1,55 1,62 1,71 1,74 1,75 1,83 1,82 1,87 1,86 1,93	Rondônia	0,44	0,46	0,49	0,51	0,50	0,50	0,53	0,57	0,58	0,60	0,55	0,56	
Roraima 0,14 0,14 0,14 0,15 0,15 0,16 0,16 0,16 0,14 0,15 0,15 0,16 0,16 Pará 1,56 1,58 1,54 1,55 1,62 1,71 1,74 1,75 1,83 1,82 1,87 1,86 1,93	Acre	0,18	0,17	0,17	0,18	0,18	0,19	0,19	0,19	0,20	0,21		0,22	0,22
Pará 1,56 1,58 1,54 1,55 1,62 1,71 1,74 1,75 1,83 1,82 1,87 1,86 1,93	Amazonas	1,43	1,48	1,35	1,31	1,42	1,39	1,47	1,47	1,56	1,55	1,65	1,58	1,54
Pará 1,56 1,58 1,54 1,55 1,62 1,71 1,74 1,75 1,83 1,82 1,87 1,86 1,93	Roraima	0,14	0,14		0,15	0,15	0,16		0,16	200			0,16	0,16
	Pará	1,56	1,58	1,54	1,55	1,62	1,71		1,75	1,83	1,82	1,87	1,86	1,93
	Amapá	0,21	0,22	0,21	0,20	0,20	0,22	0,22	0,20	0,20	0,20	0,22	0,23	0,22
Tocantins   0,26   0,26   0,28   0,28   0,31   0,37   0,38   0,43   0,43   0,42   0,41   0,42   0,43	3. <del>*</del>	1.0	0,26		0,28	0,31	0,37	100	0,43	0,43	100	0,41	0,42	100

Fonte: IPEAdata, IBGE – Coordenação de Contas Nacionais (Conac) (2011). Elaboração Própria.

O Gráfico 3 permite a visualização de qual setor contribuiu para o aumento da participação do produto mineiro no produto nacional, ou seja, quais atividades que vem contribuindo para o dinamismo econômico do estado. Percebe-se que o Setor de Serviços apresentou a maior participação no PIB mineiro, sendo o setor de maior peso, com um percentual de participação superior a 50% em todos os anos selecionados. O Setor Industrial manteve a sua participação em torno de 30% a.a, apresentando a sua maior participação no total mineiro, no ano de 2004 (33,7%) e tendo quedas nos dois anos seguintes, retornando a crescer no último ano analisado. Porém, ressalta-se que na década de 1990, a participação da Indústria no PIB mineiro era mais significativa, ficando em torno de 40%.

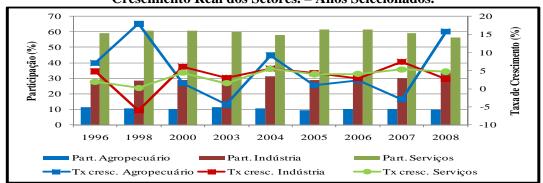


GRÁFICO 3 – Estrutura de Participação de Cada Setor no Total do PIB de MG e Taxas de Crescimento Real dos Setores. – Anos Selecionados.

Fonte: IPEAdata, IBGE – Contas Regionais e CEI – FJP (2011). Elaboração Própria.

No que tange o Setor Agropecuário, este foi o setor que apresentou o menor peso de participação, em média este setor apresentou uma participação de 9,2%, porém, o mesmo vem de uma trajetória de queda desde os anos de 1980, conforme foi mostrado por (PRATES *et al.*, 2002, p.71) "[...] este cai de 16% em média, na última metade da década de 1980, para 9% na última metade da década de 1990".

Fernandes & Oliveira (2010) ressaltam que no período 1995-2007 a economia mineira passou por mudanças estruturais significativas, no qual o Setor Agropecuário diminuiu a sua participação na estrutura produtiva de Minas Gerais, enquanto que o Setor Industrial apresentou aumentos e o Setor de Serviços manteve-se hegemônico.

Então, nota-se que ao longo do período 2000-2008 a participação de cada setor na economia mineira não alterou significativamente. Observa-se que há pequenas alterações nos pesos de participações dos setores na economia mineira ao longo do período. Mas a estrutura produtiva de Minas Gerais não se modificou muito, no qual o Setor de Serviços se apresentou como o principal setor da economia, seguido pela Indústria e a Agropecuária. Considera-se que nos momentos em que esse setor perdia peso, o Setor Industrial era o setor que mais aumentava a sua participação no total da economia mineira.

Com base na Tabela 2 tem-se uma comparação da estrutura setorial do PIB das quatro Unidades da Federação que apresentaram as maiores participações no PIB do Brasil (ano de 2008). Percebe-se que o Setor Agropecuário perdeu peso em todos os quatro estados e no Brasil. E, o Setor de Serviços aumentou a sua participação em São Paulo, Rio Grande do Sul e no Brasil. Já no Rio de Janeiro e em Minas Gerais, o Setor Industrial ganhou peso nas suas estruturas produtivas.

Agropecuária Industrial Servicos Unidades da Federação 2003 2008 2003 2008 2003 2008 São Paulo 2,50 1,45 31,59 29,52 65,92 69,03 68,01 Rio de Janeiro 0,55 0,44 26,06 31,56 73,39 Minas Gerais 10,40 9,47  $30,\!27$ 32,17 59,33 58,36 Rio Grande do Sul 12,82 10,52 28,14 26,53 59,04 62,94 7.39 5.90 27,85 27.91 64,77 66.19

TABELA 2 – Estrutura Setorial do PIB – Brasil e UF's de Maior Participação no PIB Nacional – Anos Selecionados – (em %).

Fonte: IPEAdata e IBGE – Contas Regionais (2011). Elaboração Própria.

Ressalta-se que, exceto o Setor de Serviços, os demais setores tiveram um peso maior na estrutura de Minas Gerais em comparação à estrutura do Brasil. Em ambas as estruturas houve queda no peso da Agropecuária, porém a queda foi maior na estrutura brasileira. No que diz respeito ao Setor Industrial, o aumento do seu peso na estrutura mineira foi muito superior ao aumento da estrutura nacional, enquanto que o Setor de Serviços apresentou uma trajetória inversa do Setor Industrial – ganhando peso na estrutura produtiva do Brasil e diminuindo na estrutura do estado de Minas Gerais.

No período compreendido 2003-2008, o Setor Agropecuário cresceu 3,5% a.a, um crescimento médio abaixo o Setor Industrial e do Setor de Serviços, que cresceram a uma taxa média de 4,3% a.a e 4,2% a.a, respectivamente. Observa-se uma tendência estável nas taxas de crescimento do Setor de Serviços, enquanto as taxas do Setor Industrial não apresentaram esta tendência estabilizadora, tendo algumas oscilações, porém estas não são tão expressivas como as oscilações das taxas agropecuárias.

A análise seguinte mostra com detalhes a participação de cada setor da economia de Minas Gerais. Ressalta-se que o estado de Minas Gerais, em todos os setores e subsetores da economia, apresentou-se entre os cinco primeiros estados - com as maiores participações nos valores do Brasil.

## a) Setor Agropecuário de Minas Gerais

O Setor Agropecuário mineiro apresentou ganho de peso na participação no total do PIB Agropecuário do Brasil ao longo dos anos de 2000 a 2008, o que fez com que Minas Gerais se tornasse o principal estado produtor, em termos agropecuários.

Na década de 1990, Minas Gerais havia diminuído a sua participação no PIB Agropecuário nacional, "caindo do primeiro para o quarto lugar entre os principais estados produtores, sobrepujado por São Paulo e pelo Rio Grande do Sul e alcançado pelo Paraná" (PRATES *et al.*, 2002, p.89). Entretanto, o estado de Minas Gerais retornou ao primeiro lugar

entre os principais estados do Setor Agropecuário nacional, ultrapassando Rio Grande do Sul, Paraná e São Paulo, que ficaram na segunda, terceira e quinta posição de maiores produtores no ano de 2008, respectivamente. O estado mineiro também apresentou os maiores pesos de participação nos subsetores de *Agricultura* e *Pecuária* do Brasil.

Em grande medida o aumento de peso do Setor Agropecuário de Minas Gerais no total agropecuário nacional, foi devido a evolução da *Agricultura* mineira, dado que este foi o subsetor mais significativo no Setor Agropecuário mineiro no período de 2003-2008, correspondendo mais de 60% da produção agropecuária (Tabela 3).

Mesmo a *Agricultura* apresentando as maiores participações na produção agropecuária do estado de Minas Gerais, tem-se que esse subsetor apresentou taxas de crescimento negativas, mas não refletiu em perda de peso no total agropecuário mineiro, conforme mostra a Tabela 3. O Setor Agropecuário cresceu 3,5% a.a, enquanto o subsetor de *Agricultura* apresentou a uma taxa média de crescimento superior, de 3,9% a.a e o subsetor *Pecuária* apresentou uma taxa média de crescimento, de 3,3% ao ano.

TABELA 3 – Participação dos Subsetores da Agropecuária no Total Agropecuário de MG e Taxas de Crescimento Real desse Setor Agropecuário e dos seus Subsetores.

Setor/subsetor	Participações (%) no PIB setorial							Taxas de Crescimento (%)*									
Seto1/Subseto1	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2003	2004	2005	2006	2007	2008					
Agropecuário	100	100	100	100	100	100	-4,4	9,2	1,0	2,3	-2,9	15,8					
Agricultura	63,5	68,4	65,8	67,5	62,4	67,6	-7,8	13,8	-0,1	1,6	-7,4	23,7					
Pecuária	36,5	31,6	34,2	32,5	37,6	32,4	2,3	1,2	3,3	3,6	6,6	2,9					

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011) e CEI – FJP (2011). Elaboração Própria. \*Fonte: CEI – FJP (2011).

Com base nos dados da Pesquisa Agrícola Municipal (PAM), tem-se que os produtos da *Agricultura* (no que tange a produção de lavouras permanentes) apresentaram um expressivo aumento de 240% no valor da produção (em mil Reais), no período de 2003-2008. As lavouras temporárias também apresentaram um aumento no seu valor da produção, porém inferior ao aumento das lavouras permanentes, sendo um aumento de 165%.

Dentre os principais produtos agrícolas de Minas Gerais, destaca-se o *Café* que apresentou o maior peso de participação no valor da produção da lavoura permanente, e o *Milho* que apresentou o maior percentual no valor da produção na lavoura temporária. Como fora observado por Prates *et al.* (2002, p.89) "o café desponta como o principal produto", sendo que no fim da década de 1990 observa-se um crescimento na produção e do rendimento dessa lavoura. No período 2005-2008, verifica-se uma continuação desses acréscimos no valor da produção do *Café* e do rendimento médio dessa lavoura.

No conjunto da lavoura temporária, o *Milho* apresentou-se, no período selecionado, como o principal produto, sendo que em 2008 o estado ficou na terceira colocação no *ranking* dos maiores estados produtores de *Milho*, perdendo para os estados do Paraná e Mato Grosso.

Destaca-se também a lavoura de *Cana-de-açúcar* que se apresentou como uns dos principais produtos agrícolas em Minas Gerais, sendo que no período selecionado, notou-se uma melhoria na colocação de Minas Gerais na lista dos maiores estados produtores de *Cana-de-açúcar*, no qual o estado sai da quarta colocação no ano de 2000 (conforme está posto em Prates *et al.*, 2002) para ser o terceiro maior produtor dessa lavoura no Brasil em 2008.

No conjunto dos produtos pecuários, com base nos dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM), destacou-se a criação de *Bovinos, Suínos e Galos* que apresentou os maiores valores de produção, sendo que o primeiro apresentou um decréscimo nos valores ao longo de 2000-2008, enquanto os dois últimos tiveram uma tendência de aumento. A respeito dos produtos de origem animal, é válido ressaltar a expressividade da produção leiteira de Minas Gerais, que apresentou mais de 80% de participação do total da produção de origem animal estadual.

#### b) Setor de Serviços de Minas Gerais

O Setor de Serviços do estado de Minas Gerais, que apresentou uma participação superior a 60% no PIB mineiro, manteve-se praticamente estável a sua participação no total do PIB Terciário nacional no período de 2000 a 2008, e o estado mineiro se apresentou na terceira posição entre os estados de maior PIB Terciário do Brasil.

No que diz respeito aos subsetores do Setor de Serviços de Minas Gerais, como ilustra a Tabela 4, tem-se que o *Comércio* e a *Administração Pública* apresentaram-se como os subsetores que mais participaram no PIB de Serviços de Minas Gerais, sendo que a participação do *Comércio* apresentou uma tendência de aumentou ao longo de 2000-2008, apresentando um ganho de 2,2 pontos percentuais, superior a trajetória de aumento da participação da *Administração Pública*. Em contraposição, os subsetores *Alojamento e Alimentação* e *Serviços Domésticos* (que estão no agregado Outros serviços) foram os que tiveram os menores pesos de participação, este não ultrapassou 2,5% e a sua participação do longo do período praticamente ficou estagnada, e aquele também não apresentou oscilações significativas no seu percentual no período 2000-2008.

TABELA 4 – Participação dos Subsetores de Serviços no Total do PIB de Serviços de MG e Taxas de Crescimento Real do Setor de Serviços de MG e dos seus Subsetores.

Setor/Subsetor		Participações (%) no PIB setorial								Taxas de Crescimento (%)*									
	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1996	1998	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Serviços	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	1,9	0,2	4,4	1,5	5,5	4,0	4,l	5,3	4,7
Comércio	15,1	14,6	16,7	16,1	17,6	18,6	18,1	19,6	19,4	19,8	0,2	-4,2	8,6	1,8	8,3	4,9	7,7	7,0	2,5
Financeiro	8,2	8,3	7,2	8,8	8,7	8,1	8,1	8,1	9,2	7,6	4,3	-2,3	4,0	-4,1	3,4	6,6	9,6	15,0	12,1
Administração Pública	20,5	21,4	23,3	24,1	23,0	22,2	23,0	22,4	22,4	23,4	3,9	2,4	1,4	1,2	4,0	0,8	2,4	2,5	2,1
Outros Serviços (1)	56,2	55,8	52,8	50,9	50,7	51,1	50,8	49,9	49,0	49,2	1,3	1,0	4,4	2,5	5,6	4,7	2,7	4,2	4,6

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011). Elaboração Própria. \*Fonte: CEI – FJP (2011). Notas: (1) Outros Serviços englobam: Alojamento e Alimentação; Transportes, Armazenagem, Correios; Serv. de Informação; Serv. Prestados às Famílias; Serv. Prestados as Empresas; Atividades Imobiliárias e Aluguéis; Saúde e Educação Mercantis; Serviços Domésticos

A respeito das taxas de crescimento dos subsetores que compõe o Setor de Serviços de Minas Gerais, percebe-se que o subsetor *Financeiro* apresentou um aumento gradativo no seu ritmo de crescimento (de 2003-2007), saindo de um crescimento negativo no ano de 2003 (-4,1%) para uma taxa de crescimento de 15% (em 2007), a maior taxa registrada entre os subsetores e o Setor de Serviços no período selecionado. É interessante notar que o subsetor que apresentou a maior participação no total do PIB de Serviços de Minas Gerais, apresentou as menores taxas de crescimento em comparação ao *Comércio*, *Financeiro* e o agregado dos *Outros Serviços*.

#### c) Setor Industrial de Minas Gerais

O Setor Industrial do estado de Minas Gerais aumentou a sua participação no total do PIB Industrial nacional no período de 2000 a 2008, se consolidando na terceira posição entre os estados de maior PIB Industrial do Brasil. Nota-se, com base na Tabela 5, que o estado de Minas Gerais aumentou o seu peso no total Industrial brasileiro, enquanto São Paulo – que ocupa primeira colocação – vem diminuindo a sua participação.

TABELA 5 - Evolução da Participação das Principais UF's no PIB Industrial do Brasil.

Unidades da Federação	Participação (%) no PIB Industrial do Brasil									
Onidades da rederação	2003	2005	2008							
São Paulo	37,7	36,0	33,9							
Rio de Janeiro	10,4	11,7	12,7							
Minas Gerais	9,6	10,1	11,0							
Rio Grande do Sul	7,5	7,0	6,4							
Paraná	6,7	6,2	5,7							
Total das Cinco UF's	71,9	70,9	69,6							

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011). Elaboração Própria.

No PIB Industrial de Minas Gerais, percebe-se a grande participação da *Indústria de Transformação*, que se apresentou como o principal subsetor da indústria mineira, tendo um peso de participação acima de 58% ao longo dos anos selecionados (conforme mostra a Tabela 6). É interessante dizer de que os valores absolutos da Indústria de Transformação da Região Sudeste, ao longo do período, aumentaram, porém em termos relativos esta indústria apresentou uma trajetória de queda no seu peso no total do PIB do Sudeste, ficando em torno de 16% ao ano. No total nacional, o peso da Indústria de Transformação não alterou muito, no período 2003-2008, ficando em torno de 14% ao ano.

Na verdade, neste período (2000-2008), não houve muitas alterações nas participações dos quatros subsetores da indústria de Minas Gerais, uma vez que a *Indústria de Transformação* (em 1996-2008) sempre ocupou a primeira colocação no Setor Industrial mineiro. A participação da *Indústria Extrativa*, que foi o subsetor com o menor peso de participação na indústria do estado de Minas Gerais, ressalta-se que no ano de 2008, este subsetor apresentou a sua maior participação dentre os anos analisados, diante da perda de participação dos demais subsetores, sobretudo da *Construção* e da *SIUP* que perderam em torno de dois pontos percentuais, cada.

TABELA 6 – Participação dos Subsetores da Indústria no Total do PIB Industrial de MG e Taxas de Crescimento Real desse Setor Industrial e dos seus Subsetores.

	IuA	as ac	CIC	CIIII	1110 1	xcai (	acose	DCt0.	· IIIu	ustr	ui c u	05 50	us bu	DSCU	JI CB.				
Setor/Subsetor		Participações (%) no PIB setorial								Taxas de Crescimento (%)*									
	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	1996	1998	2000	2003	2004	2005	2006	2007	2008
Industrial	100	100	100	100	100	100	100	100	100	100	4,8	-6,0	6,1	3,0	5,6	4,3	2,9	7,4	2,7
Indústria Extrativa	10,7	8,9	10,8	9,8	10,4	10,7	11,5	10,0	8,5	12,8	-0,3	1,9	6,9	8,5	15,0	11,9	7,6	11,9	-1,4
Ind. de Transformação	60,6	58,1	57,2	60,3	59,7	59,8	58,2	58,2	59,0	58,3	5,3	-9,2	7,7	1,7	4,2	3,5	1,0	7,3	1,2
SIUP	10,5	13,8	15,1	13,0	14,3	13,9	15,4	15,9	15,3	13,2	1,0	-4,2	4,2	15,0	4,3	3,1	1,0	3,7	4,7
Construção	18.2	19.3	16.9	17.0	15.6	15.6	14.9	16.0	17.2	15.7	8.3	-0.4	2.4	-4.9	5.7	3.4	8.8	8.9	8.2

Fonte: IBGE – Contas Regionais (2011). Elaboração Própria. \*Fonte: CEI – FJP (2011). Nota: SIUP – Serviços de Utilidade Pública: Produção e Distribuição de eletricidade e gás, água, esgoto e limpeza urbana.

Deve-se destacar que a *Indústria Extrativa* de Minas Gerais declinou acentuadamente a sua participação na *Indústria Extrativa* nacional ao longo do período de 1995 a 2008, em decorrência da ascensão da *Indústria Extrativa* do Rio de Janeiro, com a expansão da exploração petrolífera (Informativo CEI, 2009, p.5), bem como a expansão do Pará.

[...] observa-se o extraordinário desempenho da indústria petrolífera do Rio de Janeiro, da extrativa de minerais metálicos do Pará e da pelotização das usinas do Espírito Santo. O complexo deste último, cuja produção cresceu significativamente, apresenta-se como desdobramento da economia mineira (Mota 2010, p.159).

Porém, no último ano analisado (2008) percebe-se um aumento de peso de participação da *Indústria Extrativa* mineira na *Indústria Extrativa* nacional e no total da Indústria mineira.

A fim de compreender melhor o comportamento da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação de Minas Gerais e corroborar a hipótese básica deste trabalho que é mostrar que os maiores ganhos de participação do estado nas exportações do Brasil se referem aos produtos agrícolas e minerais metálicos com menor participação dos bens do GIII, que são bens mais complexos e voltados para o mercado interno. Assim, a análise a seguir visa apresentar de maneira detalha a Indústria Extrativa e de Transformação, a partir do Valor da Transformação Industrial (VTI) das duas atividades. Sendo que VTI é "a diferença entre o Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) e os custos de das operações industriais" (http://www.ibge.gov.br<sup>5</sup>).

Com base na Tabela 7, percebe-se que o VTI da Indústria Extrativa de Minas Gerais tem um peso maior no VTI da Indústria Extrativa do Brasil do que o VTI da Indústria de Transformação mineira no VTI da Indústria de Transformação do Brasil. Note que o peso do VTI da Indústria Extrativa mineira no VTI da Indústria Extrativa nacional apresentou no período analisado significativas quedas.

Enquanto isso, o peso do VTI da Indústria de Transformação mineira aumentava o seu peso no VTI da Indústria de Transformação do Brasil, passando de 8,44% para 10,12%, confirmando o que fora apresentado por Lemos (2002, p.17), sendo "[...] notável que Minas não perde participação relativa em nenhum setor relevante da indústria nacional".

<sup>&</sup>lt;sup>5</sup> Disponível em: <a href="http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/atividades/conceitoativ.shtm">http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/industria/pia/atividades/conceitoativ.shtm</a> >. Acesso em: 31-maio-2011 às 8h52m.

TABELA 7 – Participação, com base no VTI, de cada Setor de MG no total de cada Setor Nacional – (em %).

Código														
CNAE	Divisão e grupo de atividades	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
	Total	9,03	9,39	9,53	9,71	9,87	10,53	10,51	10,43	10,83	11,43			
С	Indústrias Extrativas	26,00	25,86	21,33	22,37	19,73	19,11	20,34	18,56	18,97	21,31			
10	Extração de carvão mineral	(X)	(X)	0,40	(X)									
11	Extração de petróleo e serviços correlatos	(X)												
11.1	Extração de petróleo e gás natural	(X)												
11.2	Serviços relacionados com a extração de petróleo e gás - exceto a prospecção realizada por terceiros	(X)												
13	Extração de minerais metálicos	52,30	51,17	53,86	57,76	57,39	51,96	50,32	46,40	45,93	40,49			
13.1	Extração de minério de ferro	61,77	55,65	58,46	62,75	63,11	59,62	55,65	52,23	54,87	NTI			
13.2	Extração de minerais metálicos não-ferrosos	13,21	14,84	15,31	18,32	16,69	14,53	15,36	12,12	9,46	NTI			
14	Extração de minerais não-metálicos	(X)	13,96	14,87	(X)	(X)	14,21	17,10	17,77	16,64	14,39			
14.1	Extração de pedra, areia e argila	17,48	11,77	13,15	10,88	12,68	12,46	15,04	17,51	17,80	NTI			
14.2	Extração de outros minerais não-metálicos	(X)	18,37	18,46	(X)	(X)	16,89	20,16	18,23	14,73	NTI			
D	Indústrias de Transformação	8,44	8,71	8,84	8,86	9,13	9,83	9,58	9,68	10,12	10,68			
Grupo I	Bens de Consumo Não-Durável	7,87	7,65	6,83	6,66	7,23	7,81	7,54	7,82	8,33	9,66			
15	Fabricação de produtos alimentíciose bebidas	8,76	8,35	7,87	7,53	8,48	8,95	8,58	8,96	9,86	10,23			
16	Fabricação de produtos do fumo	44,63	39,64	14,12	8,67	8,63	14,92	19,48	20,19	22,77	19,64			
17	Fabricação de produtos têxteis	8,82	10,83	10,24	9,74	11,76	11,24	10,99	11,04	10,14	9,69			
18	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	6,03	7,04	7,23	7,80	7,10	6,73	7,11	6,88	6,38	7,00			
19	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	5,66	4,62	3,26	4,29	3,30	4,82	4,35	5,09	5,56	4,44			
22	Edição, impressão e reprodução de gravações	3,37	3,71	3,71	3,56	3,55	3,63	3,44	3,63	4,05	4,81			
36	Fabricação de móveis e indústrias diversas	8,52	8,69	7,32	6,76	6,79	7,55	7,80	7,18	8,41	11,61			
Grupo II	Bens Intermediários	9,96	11,09	10,88	11,62	11,38	12,39	11,84	11,25	11,52	11,97			
20	Fabricação de produtos de madeira	2,36	2,73	3,11	2,96	2,29	2,52	4,42	4,11	4,79	5,07			
21	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,20	5,75	7,61	7,53	5,91	5,87	6,16	5,40	6,02	5,64			
23	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	3,71	6,91	5,80	5,21	6,42	6,35	6,04	5,65	5,53	6,51			
24	Fabricação de produtos químicos	4,28	4,17	5,05	5,80	6,72	6,94	5,34	5,52	5,83	7,53			
25	Fabricação de artigos de borracha e plástico	2,52	3,98	3,21	3,70	3,18	3,32	3,53	3,74	4,17	4,15			
26	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	13,63	16,21	16,47	14,27	15,58	15,06	14,39	12,82	12,69	12,79			
27	Metalurgia básica	30,40	29,13	32,13	31,89	31,16	31,42	31,78	30,73	30,90	32,58			
28	Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	10,82	10,52	9,04	13,23	9,53	9,37	11,60	10,24	10,41	9,73			
37	Reciclagem	18,79	16,18	19,43	17,57	17,34	15,47	12,20	15,20	12,06	4,06			
Grupo III	Bens de Consumo Durável e Bens de Capital	7,09	6,86	7,91	6,90	7,26	7,39	7,88	9,24	9,87	9,42			
29	Fabricação de máquinas e equipamentos	3,83	4,29	5,50	5,15	4,91	5,37	5,19	6,02	7,42	6,38			
30	Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	3,54	2,55	0,76	2,36	1,63	6,13	5,22	9,63	7,41	9,79			
31	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	4,54	3,86	8,70	7,40	7,66	8,93	8,76	10,35	8,82	6,14			
32	Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	1,27	1,61	1,69	1,65	1,31	1,16	0,86	1,04	1,72	4,49			
33	Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, etc. (1)	4,47	4,43	4,33	4,51	4,47	5,62	7,17	6,46	5,63	3,94			
34	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	14,35	13,07	15,32	12,49	12,42	12,16	12,84	15,11	15,75	15,88			
35	Fabricação de outros equipamentos de transporte	2,86	2,81	1,68	1,67	1,57	1,62	2,34	2,05	2,56	1,01			

Fonte: IBGE – PIA (2011). Elaboração própria. Notas: (1) Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação. NTI - Não Tem Informação.

Vale fazer uma observação acerca das atividades da Indústria de Transformação, no qual estas atividades foram classificadas em três grupos, segundo o seu uso ou destino: o Grupo I (GI) corresponde às indústrias produtoras de Bens de Consumo Não-Durável (BCND), o Grupo II (GII) corresponde às indústrias produtoras de Bens Intermediários (BI) e o Grupo III (GIII) corresponde às indústrias produtoras de Bens de Consumo Durável (BCD) e Bens de Capital (BK) (Cano, 2008, p. 254).

Analisando primeiramente o peso do VTI dos grupos de atividades da Indústria Extrativa mineira no VTI dos grupos de atividades da Indústria Extrativa brasileira, percebese que a atividade *Extração de minerais metálicos* apresentou um peso expressivo no VTI do Brasil desta atividade, sendo que até o ano de 2005, um pouco mais de 50% do total da

transformação dessa divisão era realizado no estado mineiro, porém esse peso diminui nos ano de 2006 e 2007, passando para 46% e 45%, respectivamente. Das duas atividades que compõem este grupo de atividade, o destaque ficou para a *Extração de minério de ferro* que também vem apresentando uma redução no seu peso do VTI da *Extração de minério de ferro* nacional, devido a atuação de Carajá (Pará), como apontado anteriormente, porém mais de 50% da transformação desse grupo de atividade pertenceu a produção mineira.

A respeito da *Extração de minerais não-metálicos*, tem-se que em quatro anos Minas Gerais não apresentou nenhuma participação no VTI nacional de *Extração de minerais não-metálicos*, e nos anos em que o estado apresentou produção, o peso do VTI mineiro no VTI nacional para esta atividade ficou em média 15% ao ano.

No que tange as atividades da Indústria de Transformação, observa-se que em média, o total dos GII e dos GIII de Minas Gerais apresentaram uma participação maior no VTI desses respectivos grupos em termos nacionais, em comparação com a participação do GI de Minas Gerais no VTI correspondente ao GI do Brasil.

Dentre as atividades pertencentes ao GI, destaca-se o declínio de peso do VTI mineiro no VTI nacional no que diz respeito à *Fabricação de produtos do fumo*, que apresentou, no período analisado, uma variação de peso de -21,86 pontos percentuais. Em grande medida esta queda se deve ao deslocamento dessa atividade para localidades da Região Sul do País, dado "uma reorganização do setor e dos incentivos fiscais no âmbito do FUNDOPEM por parte do estado do RS" (Cardozo, 2010, p.95). Ressalta-se a tendência de aumento do peso de participação da *Fabricação de produtos têxteis* de Minas Gerais no VTI nacional desta atividade, ao longo do período selecionado, no qual apresentou uma média de participação de 10% a.a e um a ganho de 1,3 p.p, sendo a atividade que mais cresceu dentro desse grupo. Convém destacar a evolução da *Fabricação de produtos alimentícios e bebidas* de Minas Gerais, que também teve aumentos de participações no VTI nacional dessa atividade, apresentando um ganho de 1,1 ponto percentual.

Para o conjunto do GII, percebe-se que a Divisão *Metalurgia básica* de Minas Gerais apresentou um expressivo peso no VTI nacional dessa divisão, sendo que em média este peso ficou em 31% a.a, variando apenas 0,5 pontos percentuais. Ademais, cabe ressaltar a expressividade da *Fabricação de produtos de metal* que apresentou em média um peso no VTI nacional nas suas respectivas atividades de 10% a.a, porém a mesma apresentou uma perda de participação de 0,4 pontos percentuais.

Por fim, no GIII o grupo de atividade mais expressivo foi a Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias que apresentou entre 1996 e 2007 uma

participação média no VTI nacional desse grupo, de 13% a.a, apresentando um ganho de participação de 1,4 pontos percentuais, para o período 1996-2007, em grande medida relacionado "à atração de uma montadora de veículos automotores para Juiz de Fora (CARDOZO, 2010, p.66), bem com a atuação da Fiat no estado mineiro. O grupo *Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos* teve um expressivo ganho de participação no VTI nacional desse grupo, equivalendo a 4,2 p.p, e despontando como uma das principais atividades do GIII.

Após a análise da participação da indústria mineira na indústria nacional o GII mantém o maior peso de Minas Gerais na indústria nacional. O GIII passa o GI, o que dá evidências de que a indústria mineira tem se tornado mais complexa.

A Tabela 8 possibilita a compreensão da densidade da produção adicionado à produção de Minas Gerais. A tabela mostra a relação do Valor da Transformação Industrial (VTI)/Valor Bruto da Produção Industrial (VBPI) de Minas Gerais. E de acordo com Almeida, Feijó, Carvalho (2007, p. 1), "essa relação, quando decrescente, denota que há um maior uso de insumos importados representando, para o conjunto da indústria, transferência de produção e de seu respectivo valor agregado para o exterior".

Assim, analisando a evolução da relação VTI/VBPI da Indústria Extrativa e de Transformação e do total industrial para Minas Gerais, observa-se que a relação do VTI/VBPI das indústrias mineiras apresentou uma trajetória semelhante à relação do VTI/VBPI industrial do Brasil.

TABELA 8 - Relação VTI/VBPI de cada Setor Industrial de Minas Gerais - (em %).

Código	TABELA 6 – Relação VII/VBI I de cada Setol	VTI/VBPI de Minas Gerais												
CNAE	Divisão e grupo de atividades	1996	1998	2000	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008			
	Total	43,62	43,02	44,09	43,70	42,46	42,86	43,07	43,82	42,47	44,45			
С	Indústrias extrativas	63,63	66,88	68,15	69,66	65,38	68,66	70,40	63,08	58,84	63,57			
10	Extração de carvão mineral	(X)	(X)	98,90	(X)									
11	Extração de petróleo e serviços correlatos	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)			
11.1	Extração de petróleo e gás natural	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)			
11.2	Serviços relacionados com a extração de petróleo e gás - exceto a prospecção realizada por terceiros	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)	(X)			
13	Extração de minerais metálicos	63,41	68,57	69,94	71,52	67,53	70,97	72,30	64,25	59,44	64,16			
13.1	Extração de minério de ferro	65,00	70,87	71,43	72,27	68,45	71,15	72,32	64,19	59,12	NTI			
13.2	Extração de minerais metálicos não-ferrosos	43,03	34,48	41,95	55,79	49,53	67,61	71,68	65,94	68,23	NTI			
14	Extração de minerais não-metálicos	(X)	54,60	52,22	(X)	(X)	44,51	48,18	50,56	51,97	55,49			
14.1	Extração de pedra, areia e argila	68,73	58,65	54,51	56,19	55,96	51,12	47,92	55,60	59,68	NTI			
14.2	Extração de outros minerais não-metálicos	(X)	50,11	49,15	(X)	(X)	38,82	48,47	43,90	41,37	NTI			
D	Indústrias de transformação	42,18	41,22	42,01	41,10	40,18	40,47	39,96	41,60	40,64	42,16			
Grupo I	Bens de Consumo Não-Durável	45,21	41,98	36,48	34,49	36,77	37,10	38,07	40,74	39,63	40,87			
15	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	38,89	35,74	30,91	29,86	34,12	32,92	34,12	36,80	35,75	37,96			
16	Fabricação de produtos do fumo	80,73	71,18	53,99	34,42	50,38	64,27	69,44	81,19	84,95	85,28			
17	Fabricação de produtos têxteis	44,36	42,50	44,97	40,86	42,83	43,75	41,24	45,76	40,02	41,55			
18	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	45,38	40,32	40,43	48,43	41,95	43,95	42,61	47,04	38,61	54,28			
19	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	40,87	35,29	29,36	33,29	33,00	38,03	38,35	40,46	42,36	39,97			
22	Edição, impressão e reprodução de gravações	73,01	68,28	59,28	57,38	51,11	49,84	53,21	46,55	56,61	47,73			
36	Fabricação de móveis e indústrias diversas	43,96	46,86	36,80	39,89	35,82	41,11	40,59	38,28	40,13	43,53			
	Bens Intermediários	43,03	44,23	48,50	47,39	45,56	44,66	43,76	44,14	43,47	44,20			
20	Fabricação de produtos de madeira	40,07	42,43	51,69	49,17	44,84	48,48	49,53	49,54	54,29	49,84			
21	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	46,56	57,12	63,78	58,97	56,63	54,01	50,91	49,95	52,27	51,47			
23	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	28,05	55,34	68,23	58,30	64,42	55,62	61,73	65,92	61,88	61,69			
24	Fabricação de produtos químicos	41,07	34,25	35,28	38,03	36,55	36,37	32,77	36,88	36,65	34,59			
25	Fabricação de artigos de borracha e plástico	43,39	42,64	34,15	39,15	32,99	30,26	35,13	37,39	36,27	35,34			
26	Fabricação de produtos de minerais não-metálicos	55,86	59,08	60,06	57,36	57,47	51,97	50,00	49,05	45,14	45,20			
27	Metalurgia básica	42,06	40,92	46,51	45,79	42,67	44,24	41,81	41,37	40,89	42,33			
28	Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	49,49	47,37	41,75	47,95	43,57	47,05	48,14	45,35	50,80	49,63			
37	Reciclagem	65,36	74,70	69,51	70,28	67,99	60,25	58,10	59,68	54,60	42,03			
Grupo III	Bens de Consumo Durável e Bens de Capital	36,17	34,22	36,60	36,22	32,41	34,40	33,53	37,56	36,68	39,38			
29	Fabricação de máquinas e equipamentos	50,48	44,30	50,04	43,45	38,91	45,13	40,59	42,23	50,18	40,43			
30	Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática	60,12	43,22	81,07	32,93	27,87	33,33	26,51	37,33	20,33	69,54			
31	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	41,52	35,32	40,12	33,96	33,62	35,55	33,95	35,90	31,93	34,63			
32	Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	46,14	52,01	45,88	54,83	35,13	38,50	41,75	47,83	51,76	39,64			
33	Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, etc. 1	62,31	58,61	59,19	43,35	42,86	58,67	57,19	51,57	50,80	58,17			
34	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	32,40	31,08	32,82	33,69	30,29	30,82	30,97	35,86	34,31	37,94			
35	Fabricação de outros equipamentos de transporte	50,88	39,58	32,45	44,86	40,84	51,33	50,02	58,39	59,16	27,30			

Fonte: IBGE – PIA (2011). Elaboração própria. Notas: (1) Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares, instrumentos de precisão e ópticos, equipamentos para automação. NTI - Não Tem Informação.

No total industrial, tem-se que a relação VTI/VBPI do Brasil e de Minas Gerais não oscilaram muito, mantendo-se praticamente estáveis. A relação do VTI/VBPI da Indústria Extrativa, tanto em Minas Gerais como no Brasil, apresentou um valor acima de 50%, apresentando uma tendência de aumento de 1996 até 2002, o que reflete em um fortalecimento dos elos produtivos da produção extrativa. Nos anos de 2002-2005, essa relação se manteve estável (não apresentou grandes oscilações), porém em 2006 e 2007, tem-se uma queda significativa da relação VTI/VBPI da Indústria Extrativa do Brasil.

A relação do VTI/VBPI da Indústria de Transformação de Minas Gerais também apresentou uma evolução semelhante com a relação do Brasil, sendo que ambas apresentaram uma trajetória de pequenas quedas ao longo de 1996-2007, só apresentando um aumento no ano de 2006. Desse modo, os elos de produção da Indústria de Transformação, tanto para o

Brasil como para Minas Gerais, são mais fracos do que os elos produtivos das suas Indústrias Extrativas, sendo mais dependentes de insumos importados.

O indicador VTI/VBPI da Indústria Extrativa de Minas Gerais apresentou até o ano de 2005 uma trajetória de acréscimo, passando de 63,63% para 70,40%. Mas a partir desse ano os elos produtivos da Indústria Extrativa de Minas Gerais vêm perdendo força, registrando um valor de 58,84% no ano de 2007. Dentre os grupos de atividades dessa indústria, nota-se que houve um fortalecimento dos elos de produção na *Extração de minerais metálicos* ao longo de 1996 e 2002, mas analisando todo o período, nota-se uma diminuição nos valores VTI/VBPI. A *Extração de minerais não-metálicos* apresentou um fortalecimento na sua cadeia, especialmente, nos últimos anos selecionados.

A respeito das relações do VTI/VBPI dos grupos de atividades da Indústria de Transformação de Minas Gerais, nota-se que oito atividades (16 e 19 – pertencentes ao GI; 20, 21 e 23 – pertencentes ao GII; 32, 34 e 35 – pertencentes ao GIII) apresentaram, no período 1996-2007, fortalecimento dos seus elos de produção, destaque para Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool e Fabricação de produtos de madeira, que apresentaram uma variação de 33,82% e 14,22%, respectivamente. Enquanto 15 grupos (15, 17, 18, 22 e 36 – pertencentes ao GI; 24, 25, 26, 27, 28 e 37 – pertencentes ao GII; 29, 30, 31 e 33 – pertencentes ao GIII) estão apresentando enfraquecimento nos seus elos produtivos, sendo que a atividade – Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática – apresentou o maior enfraquecimento dos seus elos produtivos.

Percebe-se que as atividades industriais do GIII são as mais dependentes de importação em comparação as demais atividades do GI, e especialmente do GII que apresentou o maior fortalecimento dos seus elos de produção. Porém, observa-se que a tendência do VTI/VBPI do GI é uma tendência de queda nos seus valores, sendo que das suas sete atividades industriais apenas duas atividades (Fabricação de produtos do fumo e Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados) não apresentaram essa tendência. A tendência do GII e do GIII é de uma relativa estabilidade, sendo que as atividades do GII: Fabricação de produtos químicos, Fabricação de artigos de borracha e plástico, Fabricação de produtos de minerais não-metálicos, Metalurgia básica; do GIII as atividades Fabricação de máquinas para escritório e equipamentos de informática, Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos, Fabricação de equipamentos de instrumentação médico-hospitalares; apresentam uma tendência de diminuição nos seus valores da relação VTI/VBPI.

# 4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O desenvolvimento deste trabalho teve como recorte espacial a análise da economia de Minas Gerais, no qual se visou compreender o dinamismo econômico deste estado, segundo a sua estrutura produtiva, diante do movimento de desconcentração produtiva.

Observar-se que diante de um sistema econômico regido pelo capitalismo e sem uma intervenção estatal ativa, há uma tendência concentradora das principais atividades econômicas de uma economia em uma localidade específica, proporcionando assim desigualdades regionais. Porém, essa natureza desigual de uma economia pode ser amenizada, de tal modo a proporcionar um desenvolvimento para as demais localidades e, isto caracteriza um movimento de desconcentração econômica.

No Brasil esse movimento e os seus desdobramentos são muito debatidos entre os estudiosos no cenário de economia regional, como fora apresentado, sendo essencial para embasar o entendimento da dinâmica econômica do estado de Minas Gerais, assim compreender como Minas Gerais se insere e pode se beneficiar ou não dos desdobramentos do movimento de desconcentração, que se apresentam de maneira tão controversa, haja vista o debate realizado por Cano (2008), Diniz (1993) e Pacheco (1996).

Também, vale lembrar na análise do dinamismo econômico do estado, no qual fora mostrado que desde o início da sua formação econômica, sempre houve dependência da base mineradora, que se fortaleceu na década de 1950, a partir dos investimentos significativos realizados em Minas Gerais, e que em boa parte foram direcionados para a Indústria Extrativa. Ademais, cabe destacar a expansão da indústria de Bens de Capital e uma diversificação dos Bens Intermediários, na década de 1970 e a significativa elevação de peso do Setor de Serviços a partir da década de 1980, sendo o principal setor da economia mineira, quando se olha em termos de peso de participação no PIB do estado.

Nesse sentido, o PIB mineiro é fortemente impactado pelo setor de Serviços, sendo acompanhado pelo setor Industrial, no qual a indústria mineira é a terceira mais importante indústria do País, sendo que o seu subsetor mais importante é a Indústria de Transformação. Enquanto, que a Indústria Extrativa Mineral, muito expressiva na pauta exportadora de Minas Gerais, apresentou uma menor participação, mas teve um crescimento positivo no período 2000-2008. Por meio da análise do VTI foi possível verificar as atividades mais expressivas da Indústria Extrativa e da Indústria de Transformação para Minas Gerais, no qual se destaca as atividades de *Extração de minerais metálicos*, a *Metalurgia básica*, a *Fabricação de* 

produtos alimentícios e bebidas e Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias.

Na verdade, na discussão do dinamismo da economia de Minas Gerais, havia sido destacado que os setores-chave da economia do estado eram o setor siderúrgico e o de fabricação de outros produtos metalúrgicos, juntamente com o *complexo metal-mecânico*, o *complexo agroindustrial*, como apontam Chiari & Duarte Filho (2002) e Lemos (2002).

Em síntese, o nosso objetivo central foi atendido (verificar se há alguma trajetória de queda da participação dos Bens Intermediários (BI) na composição da estrutura produtiva nacional, ou seja, se há mudanças significativas na composição da estrutura produtiva mineira), no qual se ressalta a expressividade da *Extração de minerais metálicos* que apresentou um desempenho significativo para a economia de Minas Gerais. Na Indústria de Transformação, os maiores ganhos para a economia mineira foi do GII (Bens Intermediários), com destaque para a *Metalurgia básica*.

O GIII (Bens de Capital e Bens de Consumo Durável) também apresentou ganhos de participação no VTI mineiro, no qual a atividade *Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias* se apresentou como a principal atividade do GIII (Bens de Capital e Bens de Consumo Durável), e uma das principais atividades de Minas Gerais. No conjunto do GI (Bens de Consumo Não-Durável), observa-se uma queda de participação no VTI de Minas Gerais de 10 p.p, sofrendo os efeitos da queda de participação de todas as atividades desse grupo no total do VTI de Minas Gerais. Enfatiza o desempenho da *Fabricação de produtos alimentícios e bebidas* foi a atividade mais expressiva desse grupo e a significativa queda de peso *da Fabricação de produtos do fumo*.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AFFONSO DE PAULA, R. Z. Indústria em Minas Gerais: origem e desenvolvimento. In: *X Seminário de Economia Mineira* 2002, Diamantina. Anais..., 2002. Disponível em: <a href="http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF">http://www.cedeplar.ufmg.br/diamantina2002/textos/D13.PDF</a>>. Acesso em: Abril de 2011

ALMEIDA, J. S. G., FEIJÓ, CARMEM A., CARVALHO, P. G. M. Mudança estrutural e produtividade industrial. São Paulo: IEDI, 2007.16p.

CANO, W. Raízes da Concentração Industrial em São Paulo. Campinas: UNICAMP/IE, 1998a.

CANO, W. Desequilíbrios Regionais e Concentração Industrial no Brasil, 1930-1995. Campinas: UNICAMP/IE, 1998b.

- CANO, W. Desconcentração Produtiva Regional do Brasil 1970/2005. São Paulo: UNESP, 2008.
- CARDOZO, S. A. Guerra fiscal no Brasil e alterações das estruturas produtivas estaduais desde os anos 1990. Campinas. Tese (Doutorado em Desenvolvimento Econômico) Universidade de Campinas, 2010.
- CEI Centro de Estatísticas e Informações (2010). *Perfil de Minas Gerais*. Disponível em FJP: <a href="http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/64-perfil-de-minas-gerais">http://www.fjp.gov.br/index.php/servicos/81-servicos-cei/64-perfil-de-minas-gerais</a>. Acesso em Abril de 2011.
- CEI Centro de Estatísticas e Informações. Disponível em FJP: <a href="http://www.fjp.gov.br/index.php/institucional/264-cei">http://www.fjp.gov.br/index.php/institucional/264-cei</a>. Acesso em Maio-Junho de 2011.
- CHIARI, J. R., & FILHO, C. D. Caracterísitcas estruturais da economia mineira: uma análise inter-regional de insumo-produto. In: *Cadernos BDMG* (pp. 08-43). Belo Horizonte, 2002.
- DINIZ, C. C. Desenvolvimento poligonal no Brasil: nem concentração, nem contínua polarização. In: *Nova Economia*, 1993.
- DINIZ, G. F., & SOUZA, O. T. Indústria Mineira: mudançças estruturais e aglomerações territoriais. In: *XIII Encontro Regional de Economia ANPEC Sul* 2010, Porto Alegre. Anais..., 2010. Disponível em: <a href="http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/35.pdf">http://www.ppge.ufrgs.br/anpecsul2010/artigos/35.pdf</a>>. Acesso em: Maio de 2011
- FERNANDES, C. L. Economia e Planejamento em Minas Gerais nos anos de 1960 e 1970. In: *RG&T*, *8*(*1*), 2007, 11-39p.
- FERNANDES, C. L.L., & OLIVEIRA, F. A. Características e Evolução Recente da Economia em Minas Gerais. In: F. A. OLIVEIRA & W. B. SIQUEIRA (orgs), *As Muitas Minas: ensaios sobre a economia mineira* (pp. 03-32). Belo Horizonte: Conselho Regional de Economia-MG, 2010.

Fundação João Pinheiro - FJP. Disponível em FJP: <a href="http://www.fjp.gov.br/">http://www.fjp.gov.br/</a>>. Acesso em Abril-Maio de 2011.

FURTADO, C. A Construção Interrompida. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

GIL, A. C. Métodos e Técnicas de Pesquisa Social. 4. ed. São Paulo: Atlas, 1994, 207p.

HADDAD, E. A. A Estrutura Econômica de Minas Gerais: uma análise de insumo-produto. *Nova Economia*, 1995.

INFORMATIVO CEI. Retropolação da série do PIB de Minas Gerais — 1995-2007. Belo Horizonte: CEI/FJP, 2009.

- *IBGE Instituio Brasileiro de geografia e Estatística*. Disponível em IBGE: <a href="http://www.ibge.gov.br">http://www.ibge.gov.br</a>. Acesso em Janeiro-Maio de 2011
- IEDI Instituto de Estudos para Desenvolvimento Industrial. *Desindustrialização e os dilemas do crescimento econômico recente*, São Paulo: IEDI, 2007.

- *IPEA Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada*. Disponível em IPEAdata: <a href="http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx">http://www.ipeadata.gov.br/Default.aspx</a>. Acesso em Janeiro-Junho de 2011.
- LEMOS, M. B. Estrutura e Dinâmica. *Minas Gerais do Século XXI*, *IV Integrando a Indústria para o Futuro cap. 1*, 2002.
- MOTA, F. C. M. Inserção Externa e Território: Impactos Do Comércio Exterior Na Dinâmica Regional e Urbana no Brasil (1989-2008). Tese (Doutorado). Campinas: IE/UNICAMP, 2010.
- NEGRI, B., & PACHECO, C. Mudanças Tecnológicas e Desenvolvimento Regional nos anos 90: a nova dimensão espacial da indústria paulista. In: *Espaços e Debates*, 1994, 62-82p.
- PACHECO, C. A. Desconcentração Econômica e Fragmentação da Economia Nacional. In: *Economia e Sociedade*, 1996, 113-140p.
- PACHECO, C. A. Fragmentação da Nação. Campinas: IE/UNICAMP, 1998.
- *PAM Pesquisa Agrícola Municipal*. Acesso em Maio de 2011, disponível em IBGE: http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/agric/default.asp?z=t&o=11&i=P
- *PPM Pesquisa Pecuária Municipal*. Disponível em IBGE: <a href="http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=24">http://www.sidra.ibge.gov.br/bda/acervo/acervo2.asp?e=v&p=PP&z=t&o=24</a>. Acesso em Maio de 2011.
- PRATES, F. M; et al. As Transformações em Curso. Minas Gerais do Século XXI, I Ponto de Partida, cap. 2, 2002.
- SANTOS, F. B. T dos; et al. A Construção Recente. Minas Gerais do Século XXI, I O Ponto de Partida cap. 1, 2002.
- SEPLAG Secretária de Estado de Planejamento e Gestão de Minas Gerais (2007). *Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado (PMDI)*. Disponível em: <a href="http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/publicacoes/arquivos/Proposta\_do\_PMDI\_2007-2023.pdf">http://www.planejamento.mg.gov.br/governo/publicacoes/arquivos/Proposta\_do\_PMDI\_2007-2023.pdf</a>>. Acesso em Abril de 2011.